

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

## Edital 3/2026

### Informações Básicas

Número do	UASG artefato	Editado por	Atualizado em
3/2026	154049-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	EDNA HERCULES AUGUSTO	13/03/2026 08:19 (v 0.4)
Status			
CONCLUÍDO			

### Outras informações

Categoria	Número da	Processo
	Contratação	Administração
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço com nuado com obra 54333333	23112.025028/2025	dedicação exclusiva de mão de obra

# PREGÃO ELETRÔNICO 90005

## CONTRATANTE (UASG)

154049

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de salvamento aquático (salva-vidas/monitor aquático), com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à segurança da piscina universitária da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar no campus São Carlos, bem como a prestação eventual de serviços de bombeiro civil para atendimento a eventos institucionais

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 96.312,80, sendo R\$73.312,80 para o item 01 e R\$23.000,00 para o item 02

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/02/2026 às 9h00 (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor preço por item

## Modo de disputa:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Universidade Federal de São Carlos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90005/2026

Processo Administrativo nº23112.025028/2025-54

Torna-se público que a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, por meio da Pró-Reitoria de Administração (Coordenadoria de Compras), sediada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – São Carlos-SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de salvamento aquático (salva-vidas/monitor aquático), com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à segurança da piscina universitária do campus São Carlos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bem como a prestação eventual de serviços de bombeiro civil para atendimento a eventos institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Os itens da contratação possuem natureza distinta, conforme abaixo:

– Item 1: prestação de serviços com nuos de salva-vidas/monitor aquático, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à segurança aquática da piscina universitária;

– Item 2: prestação eventual, sob demanda, de serviços de bombeiro civil com habilitação para salvamento aquático e atuação em brigada de incêndio, destinados à cobertura de eventos institucionais terrestres ou aquáticos.

1.4. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, conforme condições e locais definidos no Termo de Referência.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens 01 e 02, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no no-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9 pessoa sica ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.11. sociedades cooperativas;

2.9.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; 2.9.13.

pessoas sicas.

2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, sica ou jurídica, com o intuito de burlar a eficácia da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida da nacional, não poderá participar pessoa sica ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições das no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa. [A3]

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça a atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário mensal e anual do item;

5.2. Todas as especificações do objeto con das na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quan ta vo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assis ndo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efe vos recolhimentos da empresa nos úl mos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumula va de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efe vamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos úl mos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão re dos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas con das, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quan dades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua subs tuição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando par ciparem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Cons tuição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos cole vos, convenções cole vas ou sentenças norma vas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respec vas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automa camente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$50,00 (cinquenta reais).[A2]
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, **sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.**

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.



6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sistema eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema iden ficará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015 [A6]).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

[A7]

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

[A8]

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025; [A9]

6.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304,

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A11]

6.24.2. empresas brasileiras;

6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. empresas que comprovem a praticidade de fabricação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

6.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: 8.1.1. Sicaf;[A1]

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a submissão das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impedi vas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impedi vas Indiretas.

7.4.1. A tenta va de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de par cipação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de par cipação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado .

7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de par cipação e de u lização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compa bilidade do preço em relação ao máximo es pulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Norma va SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram u lizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções cole vas de trabalho no cálculo do valor es mado pela Administração: ti ti

7.8.1. Sindicato dos Bombeiros Profissionais Civis do Estado de São Paulo. CSP012085/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/11/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR071139/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 10260.226080/2025-81 DATA DO PROTOCOLO: 18/11/2025. (h p://www.sindibombeiros.com.br/hotsite/imgs\_conteudos/file/CONVEN%C3%87%C3%83O%20COLETIVA%2020252026%20-%20HOMOLOGADA.pdf)

7.9. Os acordos, dissídios ou convenções cole vas indicado(s)no subitem acima não é (são) de u lização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções cole vas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. con ver vícios insanáveis;

7.10.2 não obedecer às especificações técnicas con das no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.10.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não ver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; ti ti

7.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2. inexoravelmente custos de oportunidade capazes de justificar o valor da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15.3. O pregoeiro concederá apenas 3 (três) oportunidades de correção, para que a licitante proceda ao envio da planilha de custos devidamente adequada. Esta limitação encontra amparo no poder regulamentar da Administração (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e visa garantir a eficiência e a celeridade do procedimento;

7.15.4. Caso a licitante não promova a adequação da planilha no prazo estabelecido, ou apresente uma planilha ainda inadequada na terceira oportunidade, sua proposta será desclassificada, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e como medida necessária para assegurar a eficiente condução do certame.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.17.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;

7.17.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regime do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.17.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.17.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A6]

7.18. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

7.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Norma nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Cole de Trabalho ou Dissídio Cole indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Cole de Trabalho ou Dissídio Cole utilizado pelo licitante for diferente da norma Cole de paradigma utilizada pela Administração.

7.22. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Cole de Trabalho ou Dissídio Cole indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Cole de Trabalho ou Dissídio Cole utilizado como paradigma.[A8]

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e anexados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantalhos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme termo de referência de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]

8.11. Para fins de comprovação da **capacidade técnico-operacional** relativa ao Item 1 – Posto fixo de Salva-vidas / Monitor Aquático, o licitante deverá apresentar:

8.11.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços com nuados com dedicação exclusiva de mão de obra, compatíveis com o objeto desta contratação.

8.11.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a prestação dos serviços por período mínimo de 12 (doze) meses, admitindo-se a comprovação mediante contratos encerrados ou em execução.

8.11.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do período mínimo exigido, desde que se refiram a serviços executados de forma consistente.

8.11.4. Consideram-se compatíveis com o objeto desta contratação, para fins de comprovação da experiência da empresa, os serviços que envolvam:

I – disponibilização de mão de obra em postos de trabalho;

II – gestão de empregados alocados em dependências do contratante;

III – execução de serviços com nuados com responsabilidade da contratada pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

8.11.5. Os atestados deverão conter, sempre que possível, as seguintes informações:

I – identificação da pessoa jurídica emitente;

II – descrição do objeto contratado;

III – período de execução dos serviços;

IV – quantidade de profissionais ou postos envolvidos;

V – declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

8.11.6. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.14. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sistemas eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de credenciais, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. 2. Respeitada a exceção do subitem anterior, rela va à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS horas, para: [A3]

8.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.16.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão do licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informático de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



9.6.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados,

na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A3]

9.7.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº

14.967/2024. [A4]

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantidade igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

9.9. Considerando que a presente contratação contempla quantidade reduzida de postos de trabalho, a Administração entende que a empresa contratada, sempre que possível, priorize a alocação de mulher vítima de violência doméstica, observada a indicação pelos órgãos responsáveis pela política pública e desde que a profissional possua a qualificação necessária para o desempenho das atividades.

9.9.1. A diretriz prevista neste item possui caráter preferencial e não obrigatório, não constituindo condição para habilitação, contratação ou execução do contrato, devendo ser observada pela contratada sempre que houver disponibilidade de profissionais indicadas pelos órgãos competentes e compatibilidade com as exigências técnicas da função.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de imissão ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de imissão ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de imissão da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da imissão pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insusceis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.proad.ufscar.br/pt-br/servicos/compras/licitacoes>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. não apresentar proposta quando obrigada a fazê-lo, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manifestar a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou recusar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; 11.1.9. praticar ato

lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular o processo administrativo, garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11. 2.Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.1.a natureza e a gravidade da infração come da;

11.2.2.as peculiaridades do caso concreto;

11.2.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.2.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.2.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

11.3.1.Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.3.2.Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4.As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11. 5.Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua interposição.

11.6.A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

11.7.Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou rarear o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intervirá o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua interposição, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa de impedimento de licitar e contratar, contado da data da interposição, o qual será dirigido à autoridade que vier proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua interposição à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da interposição, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

- 11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]
- 11.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 11.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso com nuco da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras@ufscar.br](mailto:compras@ufscar.br).
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser movida pelo **Pregoeiro** /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [sei.ufscar.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufscar.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0), bastando

informar o número do processo (23112.025028/2025-54) para que consiga visualizar toda documentação per nente.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Planilha modelo;

13.11.3 Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados;

13.11.4 Anexo IV – Atestado de Vistoria;

13.11.5 Anexo V – Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica;

13.11.6 Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.7 Anexo VII – Autorização Complementar ao Contrato;

13.11.8 Anexo VIII e Sub-anexos – Modelo de Termo de Cooperação Técnica;

13.11.9 Anexo IX – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

13.11.1. Anexo X – Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência;

13.11.10 Anexo XI – Declaração de Reserva de Cargos para Mulheres Ví mas de Violência Domés ca.

São Carlos, 10 de Março de 2026

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: edital foi refeito após parecer da AGU e reavaliação das necessidades pela PROACE para adequar ao orçamento de 2026

**EDNA HERCULES AUGUSTO**  
Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I – Termo de Referência
- ANEXO I-A- Estudo Técnico Preliminar
- Anexo II – Declaração de Ciência
- ANEXO III- ATESTADO DE VISTORIA
- ANEXO III-A- DECLARAÇÃO DE VISTORIA
- ANEXO IV- Planilha modelo salva vidas.pdf (626.11 KB)
- ANEXO V- MINUTA DE CONTRATO DO ITEM 01- SALVA VIDAS
- ANEXO V-A- IMR DO CONTRATO DE SALVA VIDAS
- ANEXO VI- MINUTA DO CONTRATO SOB DEMANDA DE BOMBEIRO CIVIL/BRIGADISTA

ANEXO I-

## Termo de Referência

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

### Termo de Referência 18/2026

#### informações Básicas

Número do UASG artefato Editado por Atualizado em

154049-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO  
18/2026

CARLOS AUGUSTO  
Status

CONCLUIDO

EDNA HERCULES

10/03/2026 14:00 (v  
0.4)

#### Outras informações

Número da Categoria Contratação	Processo  Administra vo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço con nuado com obra 54	23112.025028/2025dedicação exclusiva de mão de

## ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administra vo nº23112.025028/2025-54)

1.1. Contratação de serviços com nuos comuns, com dedicação exclusiva de mão de obra, de salvamento aquá co (posto fixo de salva-vidas) para o item 01 e serviços eventuais de bombeiro civil/brigadista com habilitação para salvamento aquá co para o item 02, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A2] [A3]
1	Posto fixo de salvamento aquático com dedicação exclusiva de mão de obra		posto/MÊS	12 MESES	R\$ 7.022,33	R\$ 84.267,96
2	Serviços eventuais de bombeiro civil/brigadista com habilitação para salvamento aquático		diária de até 8 horas	100 diárias por ano	R\$ 230,00	R\$ 23.000,00
3						
...						

1.5. O serviço é enquadrado como con nuado tendo em vista que a necessidade é con nua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o ETP

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data de assinatura do contrato na forma do ar go 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos ar gos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o subs tua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO  
Subcontratação

4.1. Não será admi da a subcontratação do objeto contratual.

Garan a da contratação[A8]



4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual da contratação[A9] .

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

- 4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]
- 4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentadas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.11.2. multas moratórias e punições aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14] .
- 4.13. . No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do aditivo, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.15. Se o valor da garantia for o total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .
- 4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- 4.16.1. O emitente da garan a ofertada pelo Contratado deverá ser no ficado pelo Contratante quanto ao início de processo administra vo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garan a, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que jus fique a nega va do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.17. Ex nguir-se-á a garan a com a res tuição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a tulo de garan a ou anuência ao resgate do tulo de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.17.1. A ex nção da garan a na modalidade seguro-garan a observará a regulamentação da Susep.
- 4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.18. A garan a somente será liberada ou res tuída após a fiel execução do contrato ou após a sua ex nção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.18.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garan a ~~so~~mente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a ~~ga~~ran a deverá ~~ti~~ ser u lizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e rela vas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.18.2. Também poderá haver liberação da garan ~~ti~~ se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra a vidade de prestação de serviços em São Carlos, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá ~~ti~~ utilizar o valor ~~da~~ garan a prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: ~~ti~~ ~~ti~~
- (1) do pagamento das respec vas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra a vidade de prestação de serviços.
- 4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garan a, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.20. O garan dor não é parte para figurar em processo administra vo instaurado pelo Contratante com o obje vo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.10. A garan a de execução é independente de eventual garan a do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### Vistoria

- 4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h, através dos contatos: [paulolazare@ufscar.br](mailto:paulolazare@ufscar.br); 4.12. Serão alinhados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente iden ficado, apresentando documento de iden dade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. 4.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos e condições de realização dos serviços encontram-se definidos neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais dele decorrentes.

Para fins de adequada execução e gestão da contratação, dispõem-se os regimes aplicáveis aos itens da presente licitação.

### 5.1 ITEM 01 – POSTO FIXO DE SALVA-VIDAS (DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

O Item 01 refere-se à prestação de serviços com nãos de salvamento aquático (salva-vidas/monitor aquático), executados com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à segurança da piscina universitária da UFSCar.

A execução do serviço ocorrerá de forma contínua durante todo o período de funcionamento da piscina, conforme horários definidos pela Administração.

O profissional disponibilizado deverá permanecer em vigilância permanente da área da piscina, realizando as atividades de prevenção de acidentes, salvamento aquático, primeiros socorros e orientação dos usuários quanto às normas de segurança. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional devidamente qualificado para o exercício das atividades de salvamento aquático, observando as exigências de formação, treinamento e certificações previstas neste Termo de Referência.

Por se tratar de serviço prestado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA será responsável por toda a gestão do vínculo trabalhista do profissional alocado, incluindo:

- remuneração;
- encargos trabalhistas e previdenciários;
- benefícios previstos em convenção coletiva;
- subsídios necessários;
- fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela UFSCar, observando-se os procedimentos de fiscalização técnica e administrativa previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

---

### 5.2 ITEM 02 – SERVIÇOS EVENTUAIS DE BOMBEIRO CIVIL / BRIGADISTA (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)

O Item 02 refere-se à prestação eventual e sob demanda de serviços de bombeiro civil ou brigadista, destinados à cobertura de eventos institucionais promovidos pela UFSCar, podendo envolver atividades em ambientes terrestres ou aquáticos. Esses serviços não possuem caráter contínuo e não envolvem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo prestados apenas quando houver necessidade específica da Administração.

A execução ocorrerá mediante solicitação formal da UFSCar, por meio de ordem de serviço, na qual constarão:

- data do evento;
- local de realização;
- horário de início e término da atividade;
- quantidade de profissionais necessários; ☐ eventuais requisitos técnicos adicionais.

A ordem de serviço será encaminhada à CONTRATADA com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração.

Os serviços serão remunerados por diária de até 8 (oito) horas de atuação, sendo devido pagamento apenas pelas diárias efetivamente executadas.

A esmola de diárias prevista neste Termo de Referência possui caráter meramente referencial, não gerando obrigação de contratação mínima por parte da Administração.

Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA deverão possuir qualificação compatível com a atividade de bombeiro civil ou brigadista, podendo atuar em:

- prevenção e combate a incêndio;
- atendimento emergencial;
- primeiros socorros;
- apoio à segurança de eventos;

- atuação como brigadista em situações de emergência.

Quando os serviços forem prestados em eventos realizados em ambiente aquático, poderá ser exigida capacitação específica em salvamento aquático, conforme indicado na ordem de serviço.

### 5.3. Os serviços de salva vidas serão prestados no seguinte endereço:

Piscina da Universidade Federal de São Carlos –  
UFSCar Campus São Carlos – Rodovia Washington  
Luís, km 235 São Carlos/SP – CEP 13565-905.

5.4. Para o item 01- Os serviços serão prestados nos seguintes horários de funcionamento da piscina:

- segunda, terça, quinta e sexta-feira: das 10h00 às 19h00;
- quarta-feira: das 9h00 às 18h00; sábado: das 9h00 às 18h00.

Parágrafo único. O funcionamento da piscina ocorre de forma contínua, não havendo interrupção das atividades no período de almoço, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar. (ETP154049\_000003\_2026). Esses horários podem ser alterados, respeitando a jornada de 44 horas semanais

5.5. Para o item 02- Os serviços de bombeiro civil sob demanda serão acionados por ordens de serviços específicas conforme as necessidades, sendo pagas tão somente a diária de até 8 horas. Não há obrigatoriedade de contratar esses serviços se não surgirem demandas.

### 5.6. Requisitos a serem cumpridos

A execução contratual do item 01 observará, no mínimo, as seguintes funções e atribuições operacionais do profissional alocado:

- I – vigilância permanente da área da piscina durante todo o período de funcionamento;
- II – prevenção de acidentes aquáticos, por meio de observação contínua e orientação preventiva aos usuários;
- III – realização de salvamento aquático sempre que identificada situação de risco;
- IV – prestação de primeiros socorros, inclusive reanimação cardiopulmonar (RCP), quando necessária, até a chegada de atendimento especializado;
- V – orientação aos usuários quanto às normas de segurança e uso adequado das instalações;
- VI – comunicação imediata à fiscalização do contrato e à Administração de quaisquer ocorrências relevantes, incidentes ou situações de risco;
- VII – verificação das condições de uso dos equipamentos de salvamento disponíveis no posto, comunicando necessidades de reposição ou manutenção; VIII – manutenção de postura profissional compatível com o ambiente universitário;
- IX – registro e encaminhamento de relatórios de ocorrências, incidentes e acidentes, quando solicitado pela fiscalização;
- X – adoção das medidas necessárias para acionamento dos serviços de emergência, quando aplicável;
- XI – impedimento de acesso à piscina de pessoas não autorizadas ou em desacordo com as normas de utilização, comunicando eventuais ocorrências à Administração;
- XII – comunicação imediata à Administração quando identificar situação que possa ficar a interdição preventiva da piscina por risco à segurança dos usuários.
- XIII – zelar pela qualidade da água da piscina.

### 5.7. Obrigações da contratada quanto à execução do item 01

A licitante vencedora deverá:

- a) prover profissional habilitado para garantir a segurança dos frequentadores da piscina;
- b) assegurar vigilância contínua e atuação preventiva contra afogamentos e acidentes;
- c) garantir a pronta intervenção em situações de emergência aquática;
- d) assegurar que o profissional utilize adequadamente os equipamentos de salvamento e proteção;
- e) manter o posto de trabalho organizado e em condições operacionais adequadas;

- f) substituir imediatamente o profissional em caso de ausência, impedimento ou desempenho insatisfatório, quando formalmente solicitado pela fiscalização;
- g) apresentar, quando solicitado, relatórios de ocorrências e registros operacionais;
- h) observar integralmente a legislação trabalhista, normas de segurança e convenção coletiva aplicável.

## 5.8. Qualificação mínima dos ocupantes do posto de salva vidas

5.8.1. O profissional alocado deverá possuir, no mínimo:

- a) formação técnica de guarda-vidas ou salva-vidas, certificada pelo Corpo de Bombeiros Militar ou por entidade devidamente autorizada por órgão competente;
- b) conhecimentos teóricos e práticos em salvamento aquático e prestação de primeiros socorros;
- c) capacitação em reanimação cardiopulmonar (RCP);
- d) habilidade técnica compatível com a atividade de natação e resgate aquático.

## 5.9. Atribuições gerais do posto de salva vidas

5.9.1. Compete ao profissional executar as atividades de prevenção e salvamento aquático, visando à proteção da integridade física dos usuários da piscina, incluindo:

- I – monitoramento contínuo da área da piscina;
- II – adoção de medidas preventivas para redução de riscos de afogamento;
- III – realização de salvamento aquático quando necessário;
- IV – prestação de primeiros socorros em situações de emergência, inclusive fora do meio líquido quando decorrentes de atividades na piscina; V – apoio às ações de segurança do ambiente aquático e orientação preventiva aos usuários, prezando pela segurança das piscinas.

## 5.10. Materiais a serem disponibilizados para o posto de salva vidas

5.10.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, no mínimo:

- equipamentos de salvamento aquático em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ex.: boia salva-vidas, apito, nadadeiras, quando aplicável);
- equipamentos de primeiros socorros compatíveis com a atividade;
- demais equipamentos e utensílios necessários ao pleno desempenho das atribuições do profissional.

Parágrafo único. Todos os materiais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo substituídos imediatamente quando necessário.

## 6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.1.1. necessidade de 01 (um) posto fixo com nua de salvamento aquá co com dedicação exclusiva;
- 6.1.2. previsão de até 100 (cem) horas anuais de serviços eventuais sob demanda;
- 6.1.3. funcionamento com nua da piscina, inclusive no período intrajornada, podendo implicar indenização do intervalo conforme legislação e convenção cole va, cuja forma de organização compete exclusivamente à contratada, nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

## 7. Dimensões do parque aquá co

Para fins de adequado dimensionamento da proposta pelas licitantes, informam-se as caracterís cas sicas das piscinas do Parque Aquá co do Departamento de Esportes da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudant s – UFSCar.

### 7.1. Caracterização das piscinas

Dimensões		Área de lâmina d'		Volume do	
Local	Piscina	básicas (m)	água (m²)	reservatório (m³)	Observação
Piscina espor va espor vo)	(complexo Piscina infan l	largura: 6 m comprimento: 12 m 72 profundidade: 1,25 m		90	piscina em cerâmica sem aquecimento
Piscina espor va espor vo)	(complexo Piscina adulto	largura: 12,6 m comprimento: 25 m 315 profundidade: 1,9 m		600	piscina em cerâmica sem aquecimento

### 7.2. Finalidade das informações

As informações acima:

- I – des nam-se exclusivamente a subsidiar o correto dimensionamento das propostas pelas licitantes;
- II – não alteram a responsabilidade da contratada quanto à adequada execução dos serviços;
- III – devem ser consideradas em conjunto com os horários de funcionamento e demais condições operacionais previstas neste Termo de Referência.
- “A licitante deverá considerar, em sua proposta, a necessidade de vigilância con nua de toda a área molhada durante o horário de funcionamento.”

## EPIs E EQUIPAMENTOS

### 8. Equipamentos e EPIs sob responsabilidade da Contratada

8.1. Os uniformes, equipamentos e EPIs a serem fornecidos pela Contratada deverão ser adequados à a vidade desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse de custo ao empregado, observando, no mínimo, o disposto a seguir.

#### 8.1.1. Equipamentos de uso cole vo (mínimo)

- bóia circular com re nida de 25 m a 30 m; kit de oxigenação (O) com BVM e máscara
- de não reinalação; kit de feridas e fraturas; prancha longa com rantes; imobilizador de
- cabeça para prancha longa; colar cervical
- (mínimo três tamanhos ou regulável); desfibrilador externo automá co (DEA),
- 8.1.2. Equipamentos de uso individual do guarda-vidas (mínimo)
- 
-



- crachá de identificação com nome e foto; uniforme apropriado à atividade (observadas normas do
- Corpo de Bombeiros quando aplicáveis); protetor solar; repelente; óculos de sol; boné ou chapéu
- de aba larga;
- 
- apito; nadadeiras; rescue tube (boia torpedo); meio de comunicação (HT ou celular); toalha; luvas de
- procedimento.
- 
- 

## 9- Uniformes — controle e fornecimento

- 9.1. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia deverá ser encaminhada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 9.1.1. A Contratada não poderá exigir a devolução do uniforme usado como condição para entrega de novo conjunto.

5.11.2. Os empregados deverão permanecer devidamente uniformizados durante toda a jornada de trabalho.

5.11.3. É de responsabilidade exclusiva da Contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

5.11.3.1. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e poderão ser substituídos, mediante justificativa da fiscalização, caso não atendam às especificações.

5.11.3.2. Poderão ocorrer ajustes nas especificações dos uniformes (tecido, cor ou modelo), desde que previamente aprovados pela fiscalização do contrato.

## Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples após a.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O Contratado necessitará manter preposto da empresa com celular (whatsapp disponível durante todo o horário da prestação de serviços). O preposto deverá comparecer pessoalmente a reuniões sempre que for convocado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### Rollins de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos subtitulos.[A3]

#### Fiscalização Técnica

##### ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos subtitulos.

#### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá no prazo a contratada para correção da execução, fixando prazo razoável para saneamento.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação ou nova contratação, se for o caso.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela  
Secretaria de Gestão e Inovação

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rollins previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado, não implicando corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes.

6.18. Aplicam-se, no que couber, as disposições do Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

6.19. Não poderá haver desconformidade na prestação dos serviços, cabendo à Contratada providenciar a substituição do profissional ausente de forma imediata, observado o prazo máximo de até 2 (duas) horas, salvo justificativa aceita pela fiscalização.

6.20. Compete aos fiscais técnico e administra vo instruir o processo de pagamento, mediante verificação da regular execução contratual e da documentação comprobatória, cabendo à autoridade competente a autorização do pagamento.

#### Fiscalização Administra va

6.21. O fiscal administra vo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará empenho, pagamento, garantias, glosas e formalização de aporamentos e termos adicionais, solicitando documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administra vo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato quando a providência ultrapassar sua competência.

6.23. A fiscalização administra va poderá ser efetuada com base em critérios estabelecidos, considerando falhas que impactem o contrato como um todo.

6.24. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.24.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.24.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.24.1.1.1. Relação dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.24.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado admitido e do responsável técnico pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.24.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

6.24.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.24.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Antea da União (CND); 6.24.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.24.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

6.24.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.24.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.24.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.24.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.24.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.24.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que es ver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.24.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.24.1.3.7. Documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

6.24.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.24.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.24.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; 6.24.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.24.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 6.25. Sempre que houver admissão de novo empregado pela contratada, os documentos elencados no item 6.24.1.1. acima deverão ser apresentados.
- 6.26. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item
- 6.26.4. acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, jus ficadamente.
- 6.27. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, rela vamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.28. O termo de quitação anual efe vado deverá ser firmado junto ao respec vo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.29. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de nega va de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.30. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.31. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respec vas organizações.
- 6.32. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia auten cada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.33. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.34. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.35. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.36. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não iden ficar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.37. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.38. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham par cipado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.39. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser no ficado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.40. Tais pagamentos não configuram vínculo emprega cio ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.41. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.42. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.43. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.44. A fiscalização administra va observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Norma va nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Norma va Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.45. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administra vo deverá verificar a efe va realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emi ndo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.46. Cabe ao fiscal administra vo tomar providências para a formalização de processo administra vo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.47. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.48. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato. 6.49. Receber e dar encaminhamento imediato: 6.49.1. As denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.49.2. A notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo. 6.50. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024). 6.50. Em períodos de diminuição excepcional e temporária da demanda, o gestor do contrato poderá avaliar, em conjunto com a contratada, alternar as operacionais administrativas contratualmente, cabendo exclusivamente à contratada a definição das escalas de trabalho, observada a legislação trabalhista e de direito administrativo visto tratar-se de contrato administrativo.

#### 6.51. Da inexistência de vínculo trabalhista

A contratação objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre a Administração e os empregados da Contratada.

6.51.1. A Contratada é a única responsável pela direção, supervisão, controle, remuneração e disciplina de seus empregados.

6.51.2. Não haverá subordinação direta entre os empregados da Contratada e a Administração, limitando-se a atuação dos fiscais do contrato à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.51.3. É vedado aos agentes da Administração:

- I – exercer poder disciplinar sobre os empregados da Contratada;
- II – determinar diretamente tarefas aos empregados da Contratada;
- III – promover qualquer ato que caracterize subordinação direta.

6.51.4. Eventuais demandas relativas à execução dos serviços deverão ser dirigidas exclusivamente ao preposto da Contratada.

6.52. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.53. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico. [A4]

6.54. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.60.1 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios administrativos dos pela legislação trabalhista.

6.55. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato-

6.56. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.57. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.58. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato. 6.59. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a par r da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.61. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.61.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.61.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.61.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.61.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.62. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.63. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.64. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.63.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento fatura.

6.63.3. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.65. As compensações de jornada limitam-se:

6.65.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.65.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.66. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.67. A fiscalização administra va acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Norma va SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

ti 6.68. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisi vo, salvo quando o período aquisi vo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.69. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as ro nas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.70. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado .

6.71. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisi vo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

ti ti 6.72. A contratada deverá enviar à fiscalização administra va:

6.72.1 até o quinto dia ú l de cada mês, a par r do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Norma va SEGES/MGI nº 213, de 2025;

ti 6.72.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de. 2021

ti 6.73. O planejamento e a programação deverão garan r que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permiti r, dentro de doze meses, contados a par r da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mi gar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Norma va SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.74. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administra va com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justifica va, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Norma va SEGES/MGI nº 213, de 2025.[A11]

## Gestor do Contrato

6.75. Cabe ao gestor do contrato:

6.75.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.75.2. acompanhar os registros realizados do contrato, de todas pelos fiscais as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.75.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.75.4. emi r documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administra vo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.75.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.75.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.75.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.75.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.75.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.75.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

6.76. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços previstos contratualmente.

### DO RECEBIMENTO

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pelo Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços.

7.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



7.7.O fiscal administra vo realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administra vo.

7.8.O fiscal setorial, quando houver, par cipará do recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administra vo.

7.9.Para fins de faturamento, será considerado o período final de cada mês.

7.10.Ao final de cada período de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administra vo deverá verificar a efe va realização dos dispêndios rela vos aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, emi ndo relatório ao gestor do contrato.

7.11.Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do úl mo.

7.12.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou subs tuir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição enquanto persis rem pendências. (fundido com o an go 8.11/8.12 para eliminar repe ção)

7.13.O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de testes e à entrega de documentos técnicos eventualmente exigidos. (ajustado — seu contrato não é de obra pesada)

7.13.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.14.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca da execução contratual sob os aspectos técnico e administra vo.

#### RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.15.Os serviços serão recebidos defini vamente no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade e quan dade do serviço.

Procedimentos:

7.15.1. emissão de documento comprobatório da avaliação da execução;

7.15.2. análise dos relatórios e documentos apresentados;

7.15.3. emissão do Termo de Recebimento Defini vo;

7.15.4. comunicação à contratada para emissão da Nota Fiscal com o valor dimensionado pela fiscalização;

7.15.5. encaminhamento para liquidação e pagamento.

7. 16.Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a empresa emi r Nota Fiscal da parcela incontroversa para fins de pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou defini vo não exclui:

I – a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço;

II – a responsabilidade é co-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.19.1. o fiscal administra<sup>tivo</sup>vo deverá verificar a efe<sup>tiva</sup> realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, em<sup>t</sup>ndo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Norma va SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sistemas eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua regularização, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Norma va SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.[A9]

## Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7.39. Reoneração gradual da folha de pagamento

A pedido da Contratada, o preço do contrato poderá ser revisto para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 134 e 136, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, caso comprovada a efetiva majoração de encargos decorrente do regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1. O pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2. A revisão, quando requerida, deverá ser instruída com:

I – demonstração analítica da variação dos custos;

II – Planilha de Custos e Formação de Preços atualizada;

III – comprovação do nexo causal entre a alteração legal e o impacto econômico no contrato.

## Repactuação[A17]

7.40. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.41. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18] :

7.41.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta se encontra vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.41.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.42. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.42.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela aplicada.

7.43. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua

anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.44. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.45. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.46. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.47. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.48.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.49.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.49.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.49.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando anexar cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.49.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.49.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.50. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula [A20] :

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.51. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definido; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.52. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definido.

7.53. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para

reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo. 7.55.

Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante

verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculado aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.57. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.58. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivam, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.59. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.60. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos

devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.61. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada temporariamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.62. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.63. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.64. A repactuação de preços será formalizada por ato de assentamento.

7.65. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do

equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.66. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.67. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A21] no momento da prorrogação contratual ou da

reaplicação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos e dessas contribuições.

7.68. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de tarifa de transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.68.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por ato de gerenciamento[A22].

## Cessão de Crédito

7.70. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.70.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.70.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.70.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria devido à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.70.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.71. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

### Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

#### Conta[A32] -Depósito Vinculada

7.72. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.73. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.74. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos

trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento de tempo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.75. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.76. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.77. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.77.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.77.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.77.3. Multa sobre o FGTS; e

7.77.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.76. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira.

Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.77. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam recebidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.81. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não seja fixada a imposição de penalidade mais grave;



8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando para cada uma das condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando para cada uma das condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.4.1.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

8.4.1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.1.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.4.1.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.4.1.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação. 9.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,2% (dois décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contada a partir da data de sua intimação.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso exclusivo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), inscritos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de Execução[A2]

9.3. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, considerando:

- 

ITEM 01- posto/mês para o serviço com nuvo; e

- ☐ Item 02- diárias de até 8 horas para os serviços sob demanda.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)

9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.6. Tratando-se de serviços com nuos com dedicação exclusiva de mão de obra, as propostas deverão observar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, no mínimo, os valores decorrentes dos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis à categoria profissional, bem como a legislação trabalhista vigente, conforme as mais referenciais da Administração e as constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9.6.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço:

9.7.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

tabela constante no

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, perante ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

#### Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples ou Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor caso se trate de pessoa jurídica;

9.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

A vo Circulante + Realizável a Longo Prazo LC =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante A vo Total SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante A vo Circulante SG =

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo 10% (dez por cento) do valor total es mado da contratação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao úl mo exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido cons tuída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a inicia va privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.33.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), rela va ao úl mo exercício social; e

9.33.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar jus fica vas.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão subs tuir os demonstra vos contábeis pelo balanço de abertura. Qualificação Técnica

9.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.35.1. Essa declaração poderá ser subs tuída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9. 36. Comprovação de ap dão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item per nente, por meio da apresentação de cer dões ou atestados emi dos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes caracterís cas mínimas:

9.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legi midade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua a vidade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9. 37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emi dos por en dades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da en dade emissora. 10.38. A apresentação, pelo fornecedor, de cer dões ou atestados de desempenho anterior emi do em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admi da, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permi da a par cipação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apos lados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a subs tuí-lo, ou consularizados pelos respec vos consulados ou embaixadas.
- 9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permi dos.
- 9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emi dos somente em nome da matriz.
- 9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos per nentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Documentação complementar para coopera vas
- 9.43. Caso admi da a par cipação de coopera vas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.43.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respec vas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da coopera va, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  - 9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
  - 9.43.5. A comprovação de integração das respec vas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - 9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da coopera va:
    - 9.43.6.1. ata de fundação;
    - 9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    - 9.43.6.3. regimento dos fundos ins tuídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    - 9.43.6.4. editais de convocação das três úl mas assembleias gerais extraordinárias;
    - 9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
    - 9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a coopera va a contratar o objeto da contratação; e
    - 9.43.6.7. úl ma auditoria contábil-financeira da coopera va, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo es mado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 7.022,33 mensais, correspondente a R\$ 84.267,96 anuais

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual  
ti

redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para

a contratação; ou

~~10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento

Equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Para o item 02 a UFSCar poderá demandar, em caráter eventual e sob demanda, serviços de bombeiro civil com habilitação para atendimento a emergências, inclusive com capacitação para salvamento aquático quando o evento envolver uso da piscina.

12.2. Os serviços eventuais destinam-se ao atendimento de situações específicas, tais como:

- I – eventos institucionais realizados nas dependências da UFSCar;
- II – torneios, competições esportivas e atividades de extensão;
- III – eventos com utilização da piscina;
- IV – eventos terrestres que demandem ações de prevenção e atendimento a emergências;
- V – apoio à composição de brigadas de incêndio em eventos específicos.
- VI- atuação em brigada de incêndio

12.3. Os serviços do ITEM 02 possuem natureza não contínua e sob demanda, sendo acionados exclusivamente mediante solicitação formal da Administração, sem garantia de consumo mínimo.

12.3.1. A estimativa de até 100 (cem) horas anuais constitui parâmetro de planejamento e não gera obrigação de contratação integral pela UFSCar, restringindo-se o pagamento às horas efetivamente executadas.

12.4. O profissional disponibilizado PARA O ITEM 02 deverá possuir, no mínimo:

- I – formação de bombeiro civil nos termos da Lei nº 11.901/2009;
- II – capacitação em primeiros socorros e reanimação cardiopulmonar (RCP);
- III – treinamento compatível com prevenção e combate a incêndio;
- IV – quando o evento envolver atividades aquáticas, capacitação específica para salvamento aquático.

12.5. O ITEM 02:

- I – não caracteriza a constituição de brigada permanente da UFSCar;
- II – não gera obrigação de disponibilização com nua de bombeiro civil;
- III – restringe-se ao atendimento eventual vinculado a eventos ou demandas específicas; IV – não se confunde com o posto fixo de salvamento aquá co previsto no Item 1.

12.6. PARA O ITEM 02 caberá exclusivamente à contratada:

- a) definir a escala de trabalho e o dimensionamento da equipe necessária a cada evento;
- b) observar integralmente a legislação trabalhista e normas de segurança;
- c) assegurar a qualificação do profissional disponibilizado.

Parágrafo único. A Administração limitar-se-á a indicar a necessidade do serviço e o período de execução, sem ingerência na gestão de pessoal da contratada.

São Carlos, 13 de março de 2026.

GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI

Autoridade competente

## APÊNDICE DO ANEXO I- FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO

CARLOS Estudo Técnico Preliminar 3/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23112.025028/2025-54

### 2. Descrição da necessidade

Para o posto de salva vidas (item 01):

A piscina da UFSCar é u lizada de forma com nua em a vidades de ensino, pesquisa, extensão, prá cas espor vas e ações ins tucionais voltadas à saúde e ao bem-estar da comunidade universitária. A natureza dessas a vidades impõe risco inerente aos usuários, tornando indispensável a presença permanente de profissional habilitado para salvamento aquá co, como medida de proteção à integridade sica das pessoas e de mi gação de riscos ins tucionais, administra vos e jurídicos.

Considerando a inexistência de cargo efe vo a vo para essa função e a impossibilidade de suprimento por força de trabalho própria, faz-se necessária a contratação de serviços terceirizados especializados.

Para os serviços sob demanda de bombeiro civil (item 2)

Os serviços de bombeiro civil sob demanda tem por finalidade serem acionados em caso de eventos terrestres ou aquá os que demandem bombeiro civil e também em caso de incêndios ( bri



### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

UFSCar

Pro Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantes - DESP

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Item 01-

A contratação do serviço de salvamento aquático enquadra-se como serviço com núcleo de natureza simples, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507/2018, uma vez que a UFSCar não dispõe de recursos humanos próprios suficientes para a execução da atividade.

O profissional a ser alocado pela empresa terceirizada deverá possuir formação e certificações compatíveis com a função de salvamento, observadas as normas técnicas e trabalhistas aplicáveis, bem como atuar durante todo o período de funcionamento da piscina, conforme horários definidos para a necessidade institucional.

Item 02

Também incluímos serviços sob demanda para eventos na piscina ou eventos terrestres, bem como eventual incêndio. Com posto de bombeiro civil /brigadista, porque há necessidades eventuais, esses serviços serão pagos apenas se efetivamente utilizados.

### 5. Levantamento de Mercado

#### 1. Metodologia

Para a escolha do valor da contratação foram utilizados os seguintes parâmetros:

- I – consulta a empresas especializadas na prestação de serviços de salvamento aquático;
- II – análise de contratações públicas similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Painel de Preços do Governo Federal;
- III – elaboração de pesquisa técnica interna com base na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional.

Observou-se que as empresas do setor estruturam seus custos principalmente com base na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional, respeitando os limites legais de jornada e os direitos trabalhistas previstos.

#### 2. Convenção coletiva aplicável

Na pesquisa de mercado verificou-se que as empresas atuantes no Estado de São Paulo utilizam, de forma predominante, a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria disponível no endereço:

[http://www.sindibombeiros.com.br/hotsite/imgs\\_conteudos/file/CONVEN%C3%87%C3%83O%20COLETIVA%202025-2026%20-%20HOMOLOGADA.pdf](http://www.sindibombeiros.com.br/hotsite/imgs_conteudos/file/CONVEN%C3%87%C3%83O%20COLETIVA%202025-2026%20-%20HOMOLOGADA.pdf)

Destaca-se que a Administração não indica convenção coletiva específica, cabendo às empresas licitantes observar a legislação trabalhista e o enquadramento sindical aplicável.

Para fins de escolha foi considerada a convenção coletiva que mais se aproxima da realidade das empresas consultadas.

A referida convenção estabelece que:

- 
- as demais funções, nas quais se enquadra o Salva-vidas/Monitor Aquático, possuem jornada correspondente a 220 horas mensais.

### 3. Orçamentos obtidos no mercado

Foram obtidos três orçamentos junto a empresas especializadas:

Orçamento	Jornada considerada	Valor mensal
Orçamento 1	Escala 12x36	R\$ 7.241,74
Orçamento 2	Escala 12x36	R\$ 7.264,50
Orçamento 3	44 horas semanais	R\$ 8.100,00

média dos três orçamentos obtidos foi de:

R\$ 7.535,42 por mês.

### 4. Pesquisa em contratações públicas Também foram analisadas contratações públicas semelhantes:

Órgão	Referência	Valor
Prefeitura de Entre Rios do Oeste	R\$ 38,50 por hora	≈ R\$ 8.470,00/mês (220h)
Colégio Pedro II – RJ	posto 44h semanais	R\$ 4.961,34/mês
Prefeitura de Jaguariúna – SP	posto de salva-vidas	R\$ 8.835,00/mês

A média das contratações públicas analisadas foi de:

R\$ 7.422,17 por mês.

### 5. Estimativa técnica da UFSCar Foi

elaborada estimativa interna considerando:

- salário base da categoria encargos
- trabalhistas intervalo
- intrajornada indenizado
- vale-refeição vale-transporte
- cesta básica
- BDI estimado de 15%

### Custo direto estimado

Salário + encargos: R\$ 3.747,38

Intervalo intrajornada indenizado: R\$ 386,80

Subtotal: R\$ 4.134,18

Benefícios:

- Vale-refeição: R\$ 753,72
- Vale-transporte: R\$ 231,00
- Cesta básica: R\$ 193,62
- Total benefícios: R\$ 1.178,34

Custo mensal estimado:

R\$ 5.312,52

Aplicando BDI de 15%:

R\$ 6.109,40 por mês

Valor anual estimado:

R\$ 73.312,80

#### 6. Horário de funcionamento da piscina

Para a mesma foi considerada a seguinte necessidade operacional da UFSCar:

- segunda-feira: piscina fechada;
- 
- terça-feira: 10h às 19h;
- 
- quarta-feira: 8h às 17h ;
- 
- quinta-feira: 10h às 19h;
- 
- sexta-feira: 10h às 19h

sábado: 9h às 17h

domingo: piscina fechada

Há no local espaço adequado para realização de refeições, permitindo que o salva-vidas permaneça em vigilância visual da piscina durante o intervalo.

#### 7. Definição do valor estimado do posto Foram considerados

três parâmetros:

- mesma técnica da UFSCar: R\$ 6.109,40 média
- dos orçamentos de mercado: R\$
- 7.535,42 média das contratações
-

públicas: R\$ 7.422,17

Média dos três valores:

$$(6.109,40 + 7.535,42 + 7.422,17) \div 3$$

Resultado:

R\$ 7.022,33 por mês

Assim, para fins de planejamento da contratação, adota-se como valor es mado do posto:

R\$ 7.022,33 mensais, correspondente a R\$ 84.267,96 anuais.

## ITEM 2- Serviço eventual de Bombeiro Civil / Brigadista

Além do posto fixo de salva-vidas, poderá haver necessidade eventual de contratação de bombeiro civil/brigadista para apoio em eventos ins tucionais.

Esse serviço não se confunde com o posto permanente de salvamento aquí co e será contratado por diária de até 8 (oito) horas de atuação, sendo remunerado apenas quando efe vamente u lizado.

Valor es mado da diária: R\$ 230,00

Quan dade es mada anual: 100 diárias

Valor anual es mado:

R\$ 23.000,00

Ressalta-se que se trata de es ma va máxima, sendo o pagamento devido somente nas ocasiões em que o serviço for efe vamente demandado pela Administração.

## 6. Descrição da solução como um todo

A Administração, no exercício do planejamento da contratação, define os períodos de funcionamento da piscina e os horários em que o serviço deverá estar disponível, exclusivamente para fins de atendimento à necessidade administra va.

A definição da jornada efe va, da escala de trabalho e da forma de concessão ou eventual indenização do intervalo intrajornada permanece sob responsabilidade da empresa contratada, que deverá observar integralmente a legislação trabalhista e a convenção cole va aplicável, não cabendo à Administração impor modelo específico de organização do trabalho.

A solução adotada contempla dois pos dis ntos de serviços, com naturezas operacionais diferentes:

- - Item 1: posto fixo de Salva-vidas / Monitor Aquí co, des nado à segurança aquí ca permanente da piscina universitária;
  - Item 2: serviços eventuais de Bombeiro Civil, a serem acionados sob demanda em situações específicas.

1. Posto fixo de Salva-vidas / Monitor Aquí co (Segurança aquí ca da piscina)

O posto fixo objeto deste item refere-se exclusivamente à função de Salva-vidas/Monitor Aquático, responsável pela vigilância e segurança aquática em ambiente de piscina.

Essa função não se confunde com a atividade de Bombeiro Civil, disciplinada pela Lei nº 11.901/2009, cujas atribuições se relacionam à prevenção e combate a incêndios e ao atendimento a emergências.

O profissional previsto neste item desempenhará exclusivamente as atividades de segurança aquática e prevenção de afogamentos, não sendo exigidas nem contratadas as atribuições típicas de Bombeiro Civil.

Eventual enquadramento sindical, aplicação de convenção coletiva e definição das condições de trabalho caberão exclusivamente à empresa contratada, observada a legislação trabalhista aplicável e as atividades efetivamente desempenhadas no âmbito desta contratação.

## Horário de funcionamento da piscina

Para fins de dimensionamento da necessidade administrativa, o serviço de salvamento aquático deverá estar disponível durante todo o período de funcionamento da piscina universitária, atualmente definido da seguinte forma:

- terça-feira, quinta-feira e sexta-feira: 10h00 às
- 19h00 quarta-feira: 7h00 às 17h00 sábado:
- 9h00 às 18h00

Aos domingos e segundas-feiras a piscina permanecerá fechada.

O funcionamento da piscina ocorre de forma contínua, não havendo interrupção das atividades no período do almoço.

A unidade dispõe de infraestrutura adequada para permanência do profissional no local, incluindo espaço apropriado para realização e aquecimento de refeições, o que permite a continuidade da prestação do serviço durante todo o horário de funcionamento.

Essas condições operacionais são informadas para conhecimento do mercado e adequado dimensionamento das propostas.

## Organização da jornada de trabalho

Caberá exclusivamente à empresa contratada definir, em sua organização interna de trabalho:

- a jornada efetiva do empregado; a escala de trabalho; a forma de concessão do
- intervalo intrajornada; eventual indenização do intervalo; ou outras soluções
- administradas pela legislação trabalhista e pela convenção coletiva
- aplicável.

Para fins de estimativa de preços pela Administração, considerou-se a hipótese de realização das refeições no próprio local de trabalho, não tendo sido incluída na estimativa de custos da UFSCar a figura de profissional específico para cobertura do intervalo intrajornada (“almocista”).

Tal premissa foi adotada apenas como parâmetro estimativo, não constituindo imposição às licitantes, que poderão adotar solução diversa na formulação de suas propostas.

## Condição operacional do posto

O serviço de salvamento aquático envolve contato direto e permanente com estudantes e demais usuários em ambiente sensível, o que demanda:

- vigilância constante da piscina; resposta
- imediata em situações de
- emergência; conhecimento prévio das características do local; familiaridade com as rotinas institucionais.

Dessa forma, caberá à empresa contratada estruturar a execução dos serviços de forma a garantir a condição da vigilância e da segurança aquática durante todo o período de funcionamento da piscina, adotando as soluções organizacionais que entender mais adequadas.

Eventuais custos decorrentes da organização da jornada de trabalho, tais como:

- pagamento de horas extras;
- adicionais legais ou convencionais; adoção de revezamentos; cobertura de intervalos; ou outras soluções administrativas
- pela legislação, deverão ser integralmente considerados pelas empresas na elaboração de suas Planilhas de Custos e
- Formação de Preços.

### 2. Serviços eventuais de Bombeiro Civil (para eventos terrestres ou aquáticos)

Além do posto fixo de salva-vidas destinado ao funcionamento regular da piscina, a UFSCar identificou a necessidade de contratação eventual e não contínua de serviços de Bombeiro Civil com habilitação para salvamento aquático, a serem acionados exclusivamente em situações específicas.

Esses serviços destinam-se à cobertura de atividades extraordinárias, tais como:

- eventos institucionais; torneios e competições
- esportivas; atividades acadêmicas ou de extensão;
- parcerias institucionais; ampliação temporária do uso da
- piscina; outros eventos que demandem presença de
- profissional habilitado.

O profissional contratado neste item poderá atuar tanto em atividades de prevenção e atendimento emergencial em ambiente aquático quanto em atividades de brigada de incêndio, especialmente em eventos institucionais que demandem atuação preventiva e resposta inicial em situações de emergência.

Os serviços terão caráter sob demanda, sendo solicitados apenas quando houver necessidade comprovada.

A remuneração ocorrerá por diária de até 8 (oito) horas efetivamente executadas, conforme valores unitários definidos no instrumento convocatório.

A previsão desse item visa conferir maior flexibilidade operacional à contratação, permitindo o atendimento adequado de demandas extraordinárias sem gerar custos permanentes desnecessários, contribuindo para a eficiência do gasto público.

Caberá à empresa contratada organizar a disponibilização do profissional necessário à execução dos serviços eventuais, observando integralmente a legislação trabalhista, a Lei nº 11.901/2009 e a convenção coletiva aplicável.

Esses serviços não caracterizam dedicação exclusiva de mão de obra.

## Esma de ulização

Para fins de planejamento da contratação, esma-se a possibilidade de ulização de até 100 (cem) diárias por ano de serviços eventuais.

Essa quantidade consitui esma máxima, ulizada exclusivamente para fins de planejamento orçamentário e formação de preços pelas licitantes, não gerando obrigação de contratação ou consumo mínimo por parte da Administração.

O pagamento será devido apenas pelas diárias efetivamente solicitadas e executadas.

## 7. Esma das Quantidades a serem Contratadas

Para fins de planejamento da contratação, a solução adotada contempla dois itens distintos, que serão licitados separadamente, permitindo que empresas diferentes possam sagrar-se vencedoras de cada item, conforme o critério de julgamento do certame.

### Item 1 – Posto fixo de salvamento aquático

Contratação de 01 (um) posto de Salva-vidas / Guardião de Piscina, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinado ao atendimento regular do funcionamento da piscina universitária.

A execução do serviço de salvamento aquático exige presença permanente de profissional habilitado durante todo o horário de funcionamento da piscina universitária, em razão dos riscos inerentes às atividades aquáticas e da necessidade de resposta imediata em situações de emergência.

Dessa forma, a prestação do serviço demanda alocação exclusiva de trabalhador específico no local de execução, não sendo possível sua execução por demanda eventual ou por resultado previamente mensurável.

Assim, caracteriza-se a necessidade de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas.

Para fins de esma do valor do posto, considerou-se a hipótese de intervalo intrajornada indenizado, em razão da necessidade de manutenção da vigilância permanente da área da piscina durante o horário de funcionamento.

Entretanto, tal premissa foi adotada apenas como parâmetro para esma de preços, não constituindo imposição à forma de organização da mão de obra pelas licitantes.

Assim, caberá à empresa contratada estruturar a execução do serviço de modo a assegurar a cobertura integral do horário de funcionamento da piscina, podendo, para tanto:

I – realizar o intervalo intrajornada de forma indenizada, conforme previsto na convenção coletiva aplicável; ou

II – adotar solução operacional diversa, como a utilização de profissional de apoio para cobertura do intervalo.

Em qualquer hipótese, deverá ser assegurada a vigilância permanente da piscina durante todo o período de funcionamento, sendo responsabilidade da contratada dimensionar sua proposta de forma compatível com essa exigência.

O valor estimado do posto foi calculado considerando:

- piso salarial da categoria profissional; encargos trabalhistas; intervalo
- intrajornada indenizado; benefícios previstos na convenção coletiva
- (vale-refeição, vale-transporte e cesta básica);
- BDI estimado.

Valor mensal estimado do  
posto: R\$ 6.109,40

Valor anual estimado (12 meses): R\$  
73.312,80

## Item 2 – Serviços eventuais de bombeiro civil sob demanda

Contratação de serviços eventuais de bombeiro civil com habilitação em salvamento aquático e brigada de incêndio, a serem acionados exclusivamente sob demanda pela Administração.

Esses serviços destinam-se à cobertura de necessidades extraordinárias, tais como:

eventos institucionais; competições esportivas; atividades

acadêmicas especiais; aumento excepcional do fluxo de

- usuários da piscina; outras situações que demandem
- reforço temporário da segurança.

A unidade de contratação será diária de até 8 (oito) horas de atuação.

Para fins de estimativa orçamentária, considera-se uma previsão máxima de 100 (cem) diárias por ano, sendo o pagamento devido apenas quando houver efetiva utilização do serviço.

A estimativa de até 100 (cem) diárias anuais foi definida com base na previsão de realização de eventos institucionais, atividades acadêmicas e esportivas, bem como na possibilidade de ampliação temporária da demanda por profissionais habilitados em salvamento aquático e brigada de incêndio.

Trata-se de quantidade máxima, utilizada exclusivamente para fins de planejamento orçamentário e formação de preços pelas licitantes, não constituindo obrigação de contratação ou consumo mínimo por parte da Administração.

O pagamento será devido apenas pelas diárias efetivamente demandadas e executadas, mediante solicitação formal da Administração.

Valor estimado da diária:  
R\$ 230,00

Quantidade anual estimada:  
100 diárias

Valor anual estimado:



R\$ 23.000,00

Valor es mado total da contratação

Para fins de planejamento orçamentário, o valor total es mado da contratação corresponde à soma dos valores es mados dos dois itens:

Item 1 – Posto fixo de salva-vidas: R\$ 73.312,80 Item

2 – Serviços eventuais sob demanda: R\$

23.000,00

Valor total es mado da contratação:

R\$ 96.312,80

Ressalta-se que o valor referente ao Item 2 cons tui es ma va máxima, sendo devido pagamento apenas pelas diárias efe vamente demandadas pela Administração.

## 8. Es ma va do Valor da Contratação

Valor (R\$): 95.451,44

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

#### 8.1 Posto Fixo – Salva-Vidas / Monitor Aquático

A es ma va do valor do posto fixo foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando:

I – composição analí ca de custos com base na Convenção Cole va aplicável à categoria, incluindo encargos trabalhistas, bene cios obrigatórios e BDI; II – média de três orçamentos ob dos junto ao mercado fornecedor;

III – média de contratações similares consultadas no Painel de Preços Públicos.

A consolidação das três referências resultou na média aritmé ca de: R\$

7.022,33 (sete mil e vinte e dois reais e trinta e três centavos) por mês

Considerando a vigência contratual de 12 (doze) meses:

R\$ 84.267,96 (oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) por ano

#### 8.2 Serviço Eventual – Bombeiro Civil / Brigadista

O serviço eventual será contratado por diária de até 8 (oito) horas de atuação con nua.

A es ma va foi realizada com base em pesquisa de contratações públicas similares, aplicação de média aritmé ca simples e ajuste prudencial administra vo.

Valor es mado da diária:

R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais)

Es ma va máxima de u lização: até 100 (doze) diárias por ano. Valor

máximo anual es mado para as

diárias: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil)

As diárias possuem natureza eventual e somente serão pagas se efe vamente demandadas, não gerando obrigação mínima de execução.

## 8.3 Valor Global Es mado

Posto fixo anual: R\$ 84.267,96

Diárias eventuais (máximo anual): R\$23.000,00

Valor global es mado da contratação: R\$107.267,96

## 9. Jus fica va para o Parcelamento ou não da Solução

### Parcelamento do Objeto

Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da compe vidade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, a contratação envolve:

- I – Posto fixo de Salva-Vidas/Monitor Aquá co, des nado à atuação con nua na piscina da Universidade, com carga horária semanal definida e escopo restrito à prevenção e atendimento de ocorrências em ambiente aquá co;
- II – Serviço eventual de Bombeiro Civil/Brigadista, contratado por diária, para atuação preven va e emergencial em eventos ins tucionais, inclusive com possibilidade de atuação como brigadista de incêndio, em ambientes diversos das dependências da piscina.

Embora ambos os serviços envolvam a vidades relacionadas à segurança, possuem natureza técnica dis nta, regime de execução diverso (con nuo e eventual), forma de remuneração diferenciada (mensal e por diária) e requisitos operacionais próprios.

O bombeiro civil eventual poderá ser demandado para:

- atuação preven va contra incêndio;
- atendimento emergencial em eventos; uso de
- equipamentos específicos de combate a
- 

incêndio; permanência integral durante a vidades ins

tucionais. Dessa forma, verifica-se que:

os objetos são autônomos e independentes; não há dependência técnica entre eles; a execução de um não condiciona a execução do outro;

•  
o parcelamento amplia a competitividade do certame; possibilita que empresas especializadas em eventos participem do item eventual; preserva a economicidade e a eficiência administrativa.

Assim, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento do objeto em itens distintos, permitindo adjudicação independente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No exercício anterior a Universidade despendeu com este serviço o valor de R\$ 68.500,00, contudo o modelo anterior previa apenas 30 horas, deixando as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são essenciais parcialmente descobertas.

O aumento para 44 horas no posto fixo representará cerca de R\$4.000,00 no planejamento de aumento nos salários e benefícios da convenção coletiva de uma ano para outro e na correção.

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico institucional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialmente no que se refere à promoção de ambientes seguros, à adequada gestão de riscos e à garantia de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas e de extensão.

A disponibilização de profissional qualificado para atuação como Salva-Vidas/Monitor Aquático na piscina da Universidade contribui diretamente para a segurança dos usuários das instalações esportivas e para a prevenção de acidentes em atividades aquáticas, assegurando condições adequadas para a realização de aulas, treinamentos, projetos de extensão e demais atividades institucionais desenvolvidas no espaço.

Da mesma forma, a previsão de serviços eventuais de Bombeiro Civil/Brigadista atende às necessidades institucionais relacionadas à realização de eventos e atividades que demandem ações preventivas e capacidade de resposta a emergências, inclusive no que se refere à prevenção e combate a incêndio, reforçando as práticas de gestão de riscos e segurança institucional.

A contratação também contribui para o cumprimento de normas de segurança aplicáveis a ambientes aquáticos e a eventos institucionais, além de promover maior proteção à comunidade universitária, composta por estudantes, servidores, colaboradores e visitantes.

Dessa forma, a contratação mostra-se compatível com os objetivos institucionais de promoção da segurança, da qualidade das atividades acadêmicas e da adequada gestão da infraestrutura universitária, estando alinhada às diretrizes de governança, gestão de riscos e responsabilidade institucional da Universidade.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de Salva-Vidas/Monitor Aquático e de Bombeiro Civil/Brigadista sob demanda visa proporcionar os seguintes benefícios institucionais:

- I – Ampliação da segurança nas atividades aquáticas, mediante a presença de profissional capacitado para prevenção de acidentes, resgate e primeiros socorros no ambiente da piscina;
- II – Redução de riscos de incidentes e afogamentos, garantindo acompanhamento permanente durante o funcionamento das atividades desenvolvidas no espaço aquático;

- III – Garantir as condições adequadas para realização das atividades acadêmicas, esportivas e de extensão, incluindo aulas práticas, treinamentos e projetos institucionais;
- IV – Melhoria da gestão de riscos em eventos institucionais, por meio da disponibilização de bombeiro civil/brigadista para atuação preventiva e atendimento emergencial;
- V – Conformidade com boas práticas de segurança e prevenção, contribuindo para a proteção da comunidade universitária, composta por estudantes, servidores, colaboradores e visitantes;
- VI – Maior eficiência na gestão da infraestrutura esportiva da Universidade, permitindo a utilização segura e adequada das instalações da piscina;
- VII – Promoção do bem-estar e da saúde mental dos estudantes, considerando a ampliação do acesso às instalações da piscina também aos sábados para as atividades de lazer, favorecendo práticas de recreação, convivência e redução de estresse no ambiente universitário;
- VIII – Capacidade de resposta a situações emergenciais, com profissionais qualificados para atuação imediata em casos de acidentes ou ocorrências que demandem primeiros socorros ou ações de prevenção.

Dessa forma, a contratação contribui para a promoção de um ambiente institucional mais seguro, para a continuidade das atividades acadêmicas e para o fortalecimento das políticas institucionais de bem-estar e qualidade de vida da comunidade universitária.

## 13. Providências a serem Adotadas

Consultar a convenção coletiva.

Assegurar um local adequado e com visibilidade para a piscina para que possa ser usado durante o intervalo de refeições.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não existem impactos ambientais envolvidos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O ETP traz ponderações da Administração sem a ingerência apontada no parecer da AGU. O ETP foi refeito a partir dos riscos identificados no parecer da AGU.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Refiz o ETP par ndo do inicial feito pela equipe da PROACE e pelo servidor da PROAD para mi gar os riscos apontados pelo Parecer da AGU sem prejudicar as necessidades da contratação

EDNA HERCULES AUGUSTO  
Autoridade competente

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (iden ficar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legi midade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



## ANEXO III- DECLARAÇÃO DE VISTORIA

### ANEXO III

#### ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, CREA \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, declaro para fins de habilitação no Processo 23112.025028/202554, que me foi facultada a realização de vistoria aos locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço e que concordo com as condições existentes. A empresa se dá por satisfeita com as informações obtidas acerca do Objeto desta licitação, tendo analisado todos os projetos e conferido as informações, concordando com as condições existentes. Declaro ainda que tenho ciência da relação de serviços executados e a executar, conforme Anexo I do edital, bem como de todas as implicações técnicas e financeiras da continuidade dos serviços.

VISITA REALIZADA EM \_\_ / \_\_ /2026, ÀS \_\_\_\_\_ HORAS

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante Legal)

Visto:

P á g i n a | 1

## DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

A (Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (representante da empresa constando sua qualificação, inclusive qual função/cargo na empresa), DECLARAMOS que OPTAMOS por NÃO REALIZAR a Vistoria aos locais de execução dos serviços e que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e nos comprometemos a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital e dos demais anexos que compõe o Processo Administrativo nº 23112.025028/2025-54, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

São Carlos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (Representante Legal)





FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

## ANEXO V- MINUTA DE CONTRATO DO ITEM 01- POSTO DE SALVA VIDAS

### Informações Básicas

Número do

UASG artefato

Editado por

Atualizado em

154049-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO

EDNA HERCULES

13/03/2026 08:16 (v

3/2026

CARLOS

AUGUSTO

0.3)

Status

CONCLUIDO

### Outras informações

Categoria	Número da	Processo
	Contratação	Administra vo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço com nuado com obra 54	23112.025028/2025	dedicação exclusiva de mão de obra

(Processo Administra vo nº 23112.025028/2025-54)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

E .....

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, com sede na Rodovia Washington Luís km 235 - São Carlos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 45.358.058/0001-40, neste ato representado pela Pró-Reitora de Administração, Edna Hércules Augusto, nomeada pela Portaria nº 4897/2021 de 25 de fevereiro de 2021, publicada no dia 01 de março de 2021, inscrito no CPF sob o nº 264.912.68845 portadora da Carteira de Iden dade nº 27.197.101-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, processo administra vo nº 23112.025028/2025-54, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços con nuos de salvamento aquí co (salva-vidas /monitor aquí co), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da

União

Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços con nuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 105.133, de 2021

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR ANUAL
01	POSTO DE SALVA VIDAS/GUARDIÃO DE PISCINA		POSTO	01		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informático de créditos não quitados do setor público federal (Cadin [A2]).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumula va de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efe vas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efe vos dessas contribuições.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente es ma vo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quan ta vos efe vamente fornecidos.[A1]

### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à u lização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O pagamento será realizado mensalmente, após a verificação da execução dos serviços pela fiscalização do contrato.A aferição da qualidade e do desempenho do serviço será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados – IMR,que consta anexo no edital, sendo parte integrante deste contrato

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3.No ficar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja subs tuído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, cer ficando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que cons tuam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.9. Cien ficar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente imperinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.1. A Administração terá o prazo 30 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação, no todo, por igual período.[A1]

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias úteis;[A2]

8.12. Não ficar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;

8.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A1]

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Atual da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando aplicável;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e ro nas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação per nente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação per nente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. . Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 2010;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  - 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
  - 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de providê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
  - 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
  - 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
  - 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
  - 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
  - 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
  - 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
  - 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
  - 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
  - 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
  - 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativas específicas;
  - 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
  - 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
  - 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.



- 9.50. . Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à submissão dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. . Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.56.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.56.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do envio enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.57 Disponibilizar profissional qualificado para a execução do serviço, devidamente treinado e capacitado em salvamento aquático e primeiros socorros, apto ao desempenho das atividades de prevenção, vigilância e resgate em ambiente aquático.

9.58 Assegurar que eventuais submissões do profissional alocado na execução do serviço sejam realizadas por colaborador que possua qualificação equivalente e atenda integralmente aos requisitos técnicos, capacitações e condições profissionais previstos no item anterior.

9.59 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que concorrerá a execução dos serviços;

9.60. Considerando que a presente contratação contempla quantidade reduzida de postos de trabalho, a Administração entende que a empresa contratada, sempre que possível, priorize a alocação de mulher vítima de violência doméstica, observada a indicação pelos órgãos responsáveis pela polícia pública e desde que a profissional possua a qualificação necessária para o desempenho das atividades.

9.1.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela polícia pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.1.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender à preferência por mulheres vítimas de violência doméstica com a nova contratação.

9.61.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.61.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e subs tutos.

9.61.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.62. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual. [A8]

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A2] contraentes.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A3] .

14.3. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços com nusos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis[A4] .

- 14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de ex nção contratual, quando não iden ficar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.13. Quando da ex nção, o fiscal administra vo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra a vidade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.14.1. a garan a contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emi r as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham par cipado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respec vo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garan a prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.17. O contrato poderá ser ex nto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou en dade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.18. O contrato poderá ser ex nto em caso de alteração da convenção cole va de trabalho[A5] em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo adi vo, subme do à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de jus ficada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do adi vo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apos la, dispensada a celebração de termo adi vo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante ato do Poder Executivo. [A1]

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos. [A1]

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Carlos, Seção Judiciária de São Carlos para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços com nusos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- 2-

[A1]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização:

DEZ/2025

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDNA HERCULES AUGUSTO

Autoridade competente

# ANEXO V -A

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

### (IMR) SERVIÇO DE SALVA-VIDAS

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Objeto: Definir, em bases objetivas e mensuráveis, os níveis de qualidade esperados para a execução dos serviços de salvavidas, vinculando a remuneração da Contratada ao desempenho efetivamente alcançado.
- Aplicação: A avaliação será conduzida mensalmente pelo Fiscal do Contrato, que utilizará os indicadores abaixo para apurar o resultado e determinar eventuais adequações no pagamento.
- Natureza do Instrumento: As adequações de pagamento resultantes deste IMR não constituem sanções, mas um ajuste da contraprestação ao serviço efetivamente executado, sendo que a aplicação de eventuais penalidades seguirá rito processual próprio.

#### 2. INDICADORES DE DESEMPENHO, METAS E CÁLCULO.

**INDICADOR:** Qualidade dos Serviços Prestados. Este indicador avalia a qualidade técnica e operacional das atividades executadas pelo profissional exercendo o posto de Salva-Vidas.

FINALIDADE	Garantir que o parque aquático esteja sempre em condições adequadas de uso, com segurança aos usuários, organização e elevado padrão de atendimento profissional.
META A CUMPRIR	Alcançar a pontuação mínima de 50 pontos na avaliação mensal.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Planilha de Acompanhamento (abaixo) preenchida pelo Fiscal Técnico/Setorial por meio de vistorias e apuração de ocorrências.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	A pontuação final é o somatório dos pontos obtidos em cada módulo, multiplicados por seu respectivo peso. A fórmula é: $\text{Pontuação Final} = (\text{Pontos Módulo A} * 0,7) + (\text{Pontos Módulo B} * 0,7) + (\text{Pontos Módulo C} * 1,4) + (\text{Pontos Módulo D} * 0,7) + (\text{Pontos Módulo E} * 1,4).$

FAIXA DE AJUSTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>90 a 100 pontos: 0% de desconto.</li> <li>80 a 89,99 pontos: 2% de desconto.</li> <li>60 a 79,99 pontos: 10% de desconto.</li> <li>50 a 59,99 pontos: 20% de desconto.</li> <li>Abaixo de 50 pontos: 30% de desconto (considerado serviço insatisfatório, sujeito a sanções).</li> </ul>
-----------------------	---

MÓDULO (ITENS)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A - Cumprimento das Atividades Diárias e Postura (19)	0,7	26,6
B - Cobertura dos Postos (15)	0,7	21,0
C – Qualificação Técnica, Capacitação e Treinamento (7)	1,4	19,6
D - Uniformes, Equipamentos de Resgate e Proteção Individual (10)	0,7	14,0
E - Atendimento às Ocorrências (7)	1,4	19,6
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		100

Conceitos:      2 – Satisfatório      1 – Regular      0 – Insatisfatório

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO – SALVA-VIDAS		
INDICADOR: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
MÓDULO A – Cumprimento das Atividades Diárias e Postura		
A1 – O salva-vidas está em postura de vigilância ativa, com visibilidade plena da área sob sua responsabilidade (Prevenção de Acidentes).	2	
	1	
	0	
A2 – A área ao redor do posto de vigilância está organizada e desimpedida para acesso imediato ao material de resgate.	2	
	1	
	0	
A3 – O livro diário de ocorrências foi preenchido e atualizado corretamente, inclusive indicando no final do turno a ausência de ocorrências.	2	
	1	
	0	
A4 – O salva-vidas realiza inspeção de segurança na área diariamente antes da abertura diária do parque aquático.	2	
	1	
	0	



A5 – Todos os equipamentos de prevenção e resgate são verificados antes da abertura diária do parque aquático.	2	
	1	
	0	
A6 – As áreas de acesso e os caminhos de emergência estão desimpedidos para a rápida movimentação e atendimento a ocorrências.	2	
	1	
	0	
A7 – As áreas de acesso e os caminhos de emergência estão desimpedidos para a rápida movimentação e atendimento a ocorrências.	2	
	1	
	0	
A8 – O salva-vidas demonstrou conhecimento do número e po de usuários na área, adaptando o foco da vigilância conforme a lotação.	2	
	1	
	0	
A9 – Não houve registro de reclamações do público ou da gestão sobre negligência na vigilância, postura ou conduta inadequada no mês de avaliação.	2	
	1	
	0	
A10 – O salva-vidas mantém atenção com nua e foco na segurança dos usuários abstendo-se de elementos passíveis de distração, inclusive NÃO utilizando dispositivos eletrônicos pessoais.	2	
	1	
	0	
A11 – Os equipamentos específicos para a realização de cada atividade (inclusive raia, flutuadores e pranchas) foram instalados, organizados ou disponibilizados conforme solicitação do responsável pela atividade.	2	
	1	
	0	
A12 – Rondas periódicas preventivas dentro do parque aquático foram realizadas durante a jornada de trabalho.	2	
	1	
	0	
A13 – O salva-vidas realiza ações de prevenção com clareza e assertividade, orientando os usuários em situações de risco que envolvam brincadeiras perigosas, uso inadequado de equipamentos, permanência em áreas sinalizadas de risco ou a presença de menores desacompanhados.	2	
	1	
	0	
A14 – O posto de trabalho (torre, quiosque, etc.) encontra-se limpo, organizado e em boas condições de apresentação, refletindo o profissionalismo do serviço.	2	
	1	

	0	
A15 – O salva-vidas interage com os usuários e colegas de forma respeitosa, educada e profissional, mantendo a calma em situação de pressão e transmitindo confiança e seriedade no desempenho da função.	2	
	1	
	0	
A16 – Irregularidades e riscos imediatos são comunicados ao superior e registrados como ocorrências.	2	
	1	
	0	
A17 – É realizada a verificação diária da validade e quantidade dos equipamentos e itens de resgate, equipamentos de proteção individual e prevenção de acidentes.	2	
	1	
	0	
A18 – Manusear, recolher, limpar e organizar os equipamentos (inclusive pranchas, flutuadores e raia) no final do turno de trabalho.	2	
	1	
	0	
A19 – O livro diário de ocorrências está atualizado e fica disponível para consultas/conferência a qualquer momento.	2	
	1	
	0	

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO – SALVA-VIDAS		
INDICADOR: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
MODULO B – Cobertura dos Postos.		
B1 – Não houve falta (a descoberto) no posto de trabalho.	2	
	1	
	0	
B2 – Todas as faltas (a descoberto) foram anotadas no livro de ocorrências.	2	
	1	
	0	
	2	

B3 – Os atrasos (em até 15 minutos) para assumir o posto de trabalho NÃO ultrapassaram uma (01) ocorrência durante o mês.	1	
	0	
B4 – Todos os atrasos (superiores a 15 minutos) para assumir o posto de trabalho foram anotados no livro de ocorrências.	2	
	1	
	0	
B5 – Não houve afastamento do posto durante a jornada de trabalho.	2	
	1	
	0	
B6 – Todos os afastamentos do posto de trabalho (se houverem) foram anotados no livro de ocorrências.	2	
	1	
	0	
B7 – Comprovou-se que os eventuais afastamentos ou faltas foram sanados no prazo de até 01 (uma) hora por profissional qualificado/capacitado (com documentação respectiva), inclusive, anotando-se a ocorrência detalhadamente no livro diário.	2	
	1	
	0	
B8 – Ao assumir o posto de trabalho o salva-vidas é pontual e jornada de trabalho é respeitada rigorosamente até o encerramento.	2	
	1	
	0	
	2	
	1	
B9 – Ao assumir o posto de trabalho, o salva-vidas se apresenta devidamente uniformizado, capaz de ser plenamente identificado, em estado de asseio pessoal e em plena condição física e mental para o pleno exercício da função.	0	
B10 – O salva-vidas assumi diariamente o posto de trabalho portando todos os equipamentos necessários ao exercício da função (apito, flutuadores de resgate, nadadeiras e outros).	2	
	1	
	0	
B11 – O salva-vidas possui meio de comunicação (ágil e funcional) com seu supervisor.		
	1	
	0	
B12 – A escala de trabalho do salva-vidas esta organizada e foi formalmente comunicada ao fiscal do contrato com o detalhamento de ocorrências com substituições, afastamentos, férias ou folgas.	2	
	1	
	0	

B13 – O responsável técnico/supervisor da empresa contratada realiza o acompanhamento presencial ou remoto para conferir a cobertura dos postos e a qualidade da execução dos serviços.	2	
	1	
	0	
B14 – O posto de trabalho foi devidamente coberto em horários extras / alterna vos conforme demanda e previsão contratual.	2	
	1	
	0	
B15 – Nos casos de afastamentos programados (licenças/férias/outros), o profissional sub tute apresentou-se antecipadamente no local de trabalho para familiarização/interação dos procedimentos e especificidades do posto.	2	
	1	
	0	

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO – SALVA-VIDAS		
INDICADOR: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
MODULO C – Qualificação Técnica, Capacitação e Treinamento.		
C1 – O profissional realiza diariamente treinamento para a manutenção do condicionamento sico.	2	
	1	
	0	
C2 – O profissional realiza diariamente treinamento de procedimentos e técnicas visando garan r o estado de pron dão para salvamentos.	2	
	1	
	0	
C3 – O profissional engaja-se a vamente em exercícios rápidos e não programados para verificação da pron dão, tempo de resposta e o uso correto dos equipamentos de salvamento.	2	
	1	
	0	
C4 – O profissional demonstra pleno conhecimento das normas operacionais e da legislação vigente aplicável à a vidade de salva-vidas.	2	
	1	
	0	
	2	

C5 – O profissional salva-vidas possui a qualificação e capacitação exigidas para o pleno exercício da função que podem ser comprovadas por documentos (certificados, atestados, etc), conforme previsão contratual.	1	
	0	
C6 – O profissional realizou curso de reciclagem profissional específico para a função nos últimos 12 (doze) meses comprovado por documento, inclusive em primeiros socorros.	2	
	1	
	0	
C7 – Em casos de ocorrências relevantes, a Contratada apresentou ao Fiscal do Contrato indicando as ações realizadas pelo salva-vidas e apresentando sugestões de prevenção/corretivas.	2	
	1	
	0	

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO – SALVA-VIDAS		
INDICADOR: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
MODULO D – Uniformes, Equipamentos de Resgate e Proteção Individual.		
D1 – O profissional utilizou uniforme completo com identificação da função durante toda a jornada de trabalho.	2	
	1	
	0	
D2 – O uniforme e o asseio pessoal mantiveram-se adequados durante todos os turnos de trabalho do mês, reforçando a imagem de profissionalismo e qualidade do serviço executado.	2	
	1	
	0	
D3 – A Contratada forneceu ao salva-vidas todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários ao exercício da função.	2	
	1	
	0	
D4 – Os equipamentos de proteção individual (EPI) estão em boas condições e dentro dos prazos de validade.	2	
	1	
	0	

D5 – O salva-vidas faz uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI) durante toda a jornada de trabalho.	2	
	1	
	0	
D6 – A Contratada forneceu ao salva-vidas todos os equipamentos de resgate e prevenção de acidentes necessários ao exercício da função.	2	
	1	
	0	
D7 – Os equipamentos de resgate e prevenção de acidentes estão em boas condições e dentro dos prazos de validade, conforme o caso.	2	
	1	
	0	
D8 – A Contratada forneceu ao salva-vidas o conjunto (kit) de primeiros socorros necessários ao exercício da função.	2	
	1	
	0	
D9 – Os itens do conjunto (kit) de primeiros socorros equipamentos estão em boas condições e dentro dos prazos de validade.	2	
	1	
	0	
D10 – O salva-vidas possui sistema de comunicação funcional para solicitar resgate externo ou realizar comunicação com o supervisor da Contratada.	2	
	1	
	0	

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO – SALVA-VIDAS		
INDICADOR: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
MODULO E – Atendimento às Ocorrências.		
E1 – Os planos e protocolos de prevenção são compreendidos e foram seguidos adequadamente.	2	
	1	
	0	
	2	

E2 – Existe um Protocolo de Resgate específico às necessidades do parque aquático que seja totalmente conhecido e seguido adequadamente pelo salva-vidas.	1	
	0	
E3 – O estado de prontidão e o tempo de resposta às ocorrências são adequados.	2	
	1	
	0	
E4 – As ocorrências são anotadas detalhadamente no livro diário.	2	
	1	
	0	
E5 – Os roteiros específicos de cada atividade apresentados pelos respectivos coordenadores (ensino, pesquisa, extensão, esporte e outros) são compreendidos e foram seguidos adequadamente.	2	
	1	
	0	
E6 – Ocorrências que envolvam prevenção ou orientação aos usuários são realizadas adequadamente, de forma a reforçar o profissionalismo e a qualidade do serviço.	2	
	1	
	0	
E7 – Ocorrências de resgate são relatadas detalhadamente no livro de ocorrência e são apresentadas em relatório específico com sugestões de prevenção ou mitigação de efeitos.	2	
	1	
	0	

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

Minuta de Contrato- item 2  
serviços sob demanda

Informações Básicas

Número do	UASG artefato	Editado por	Atualizado em
4/2026	154049-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	EDNA HERCULES AUGUSTO	13/03/2026 10:02 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações



Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço com nuado sem obra 54	23112.025028/2025	dedicação exclusiva de mão de obra

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



## ANEXO VI- ITEM 02

(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX][A1] , por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no (a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [ cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos cons tu vos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços eventuais de BOMBEIRO CIVIL/BRIGADISTA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO por diária	VALOR ANUAL
02	BOMBEIRO CIVIL/BRIGADISTA		DIÁRIAS DE ATÉ 8 HORAS	100		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. [O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização:

DEZ/2025

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza com nuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informático de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Os serviços relativos ao item 02 – Bombeiro Civil/Brigadista para atuação em eventos terrestres ou aquáticos possuem natureza eventual e sob demanda, não gerando obrigação de solicitação mínima de serviços por parte da CONTRATANTE.

3.3. A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente mediante solicitação formal da CONTRATANTE, por meio de ordem de serviço, na qual constarão, entre outras informações:

I – data do evento;

II – local de realização;

III – quantidade de profissionais necessários; IV – horário previsto de início e término da atividade; V – eventuais orientações operacionais específicas.

3.4. A ordem de serviço será encaminhada à CONTRATADA com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração.

3.5. A CONTRATADA deverá garantir a disponibilização de profissional habilitado para atuação como bombeiro civil/brigadista, conforme qualificação prevista no Termo de Referência, no horário e local indicados na ordem de serviço.

3.6. Os serviços serão remunerados exclusivamente pelas diárias efetivamente executadas, não sendo devido qualquer pagamento por disponibilidade ou reserva de profissionais.

3.7. A tabela anual de diárias constante do Termo de Referência possui caráter meramente referencial, sendo utilizada exclusivamente para fins de planejamento da contratação e de formulação das propostas, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da CONTRATANTE.

3.8. Uma vez emitida a ordem de serviço pela CONTRATANTE, observada a antecedência mínima prevista neste contrato, a CONTRATADA deverá assegurar a disponibilização do profissional solicitado, devidamente qualificado para atuação como bombeiro civil/brigadista, no local, data e horário indicados.

3.9. A CONTRATADA não poderá recusar injustificadamente a execução dos serviços regularmente solicitados pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. O valor por diária de até 8 horas é de R\$ \_\_\_\_\_, sendo estimadas 100 diárias por ano perfazendo o total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimado, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. [A1], ou seja, exclusivamente pelas diárias efetivamente executadas, não sendo devida qualquer remuneração por disponibilidade, reserva de agenda ou ausência de solicitação por parte da Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os valores unitários das diárias referentes ao item 02 – serviços eventuais de bombeiro civil/brigadista poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do  
CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. No caso de ficar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, comprometendo-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que causem intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Não ficar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente imperinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitindo a prorrogação, quando necessário, por igual período.[A1]

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias úteis.[A2]

8.1.12, No caso de os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A1]

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emi das pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta

não seja o fator para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e regras estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas excessivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº

14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da reparação, salvo se o CONTRATADO ver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A4].
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que concluirá a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5]
- 9.38.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1]
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A3]

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A1]

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes[A1].

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A2].

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostila.[A1]

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art.

91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em SÃO CARLOS Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art.

92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação \_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_ Representante

legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- 2-

[A1]

Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDNA HERCULES AUGUSTO

Autoridade competente

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021